

Prioridade da semana é votar Lei Orçamentária

Por Raphael Di Cunto | De Brasília

A Câmara dos Deputados e Senado pautaram para esta semana, a última desta legislatura, a votação de cinco projetos que têm alta chance de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

A prioridade dos deputados e senadores, contudo, será votar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 numa sessão marcada para hoje, e é incerto se haverá quórum para deliberações. A projeção também contempla a votação de projetos já no próximo ano: a venda da cessão onerosa do pré-sal, no Senado, ficará para o próximo governo, mas mantém a alta perspectiva de ser convertida em lei, na avaliação do Cebrap/Ello.

Na pauta da Câmara também constam, com alta chance de virarem leis, dois projetos que só devem ser votados em 2019: a securitização da dívida da União, Estados e municípios, que seriam autorizados a vender o direito de receber créditos tributários e não

tributários; e a medida provisória (MP) que muda regras para venda de imóveis da União.

Já os outros dois projetos apontados com alta probabilidade de aprovação e que estão na pauta da Câmara têm alguma chance de votação: a MP que reabre, até março, o prazo para adesão dos servidores públicos federais ao regime de previdência complementar; e a proposta que institui regras para gestão compartilhada para acompanhamento orçamentário.

O levantamento do Cebrap/Ello considerou as 38 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário ou terminativa nas comissões da Câmara e do Senado. A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Cebrap Ello

Setor privado aposta em acesso mais direto ao governo

Por Stella Fontes, Fernanda Pires e Beth Koike | De São Paulo



Mussolini, da Sindusfarma, espera Executivo mais perto da realidade dos negócios.

Empresas e associações estão se preparando para uma relação com o governo diferente da que vigorou nos últimos anos. O legado da Operação Lava-Jato, a ênfase da equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) à necessidade de o setor privado ser mais propositivo e menos dependente de subsídios e o perfil técnico e liberal de alguns dos escolhidos para a nova gestão levaram a ajustes na estratégia de diálogo com Brasília e à busca de novos caminhos de interlocução. "A forma de atendimento do governo será outra", diz um executivo da indústria.

A avaliação é a de que o relacionamento vai mudar diante da maior proximidade entre poder público e empresas. Para encurtar distâncias, diz uma fonte, a secretaria especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, subordinada ao

Ministério da Economia, despachará em São Paulo duas vezes por semana. A pasta será uma das principais portas de diálogo com o Executivo.

Outros interlocutores também são buscados. O Valor apurou que, recentemente, a Odebrecht Engenharia e Construção (OEC) manteve conversas preliminares com o general Paulo Chagas sobre a possibilidade de ele prestar consultoria para a empresa em Brasília, no caso de a OEC reabrir o escritório na capital. Chagas concorreu ao governo de Brasília pelo PSL.

No ensino superior, uma fonte aposta que a principal interlocutora das faculdades será Elizabeth Guedes, vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Privadas (Anup), devido à proximidade com o futuro ministro da Economia - de quem é irmã - e profundo conhecimento do setor. Na crise do Fies, programa de financiamento estudantil, Elizabeth foi bastante atuante nas relações com o governo, tanto com a pasta da Educação quanto Fazenda e Planejamento. "Já começou um beija-mão", diz a fonte.

No entanto, outra fonte lembra que a prioridade do governo Bolsonaro deve ser o ensino básico e não o superior, como em gestões anteriores. Até agora, as principais

entidades de educação não conseguiram contato com o novo ministro, Ricardo Vélez Rodrigues.

Na semana passada, o futuro secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Alexandre da Costa, se reuniu com representantes da indústria e, segundo um dos presentes, a promessa foi de uma interlocução mais direta, sem interferência de interesses político-partidários. "Esperamos que o governo esteja mais perto de onde os negócios estão acontecendo", diz o presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), Nelson Mussolini.

Um dia antes de ser oficializado no cargo, Costa já falava sobre o futuro das relações com o empresariado no Encontro Nacional da Indústria Química (Enaiq), promovido pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). A entidade integrou a coalizão de dez associações setoriais que entregou ao futuro presidente, no fim de outubro, os grandes temas que as afligem. Agora, seguirá usando sua estrutura de diálogo com o poder público, que não contempla escritório em Brasília. "A coalizão foi bem-sucedida e conseguiu conversar com os principais atores naquele momento", disse o presidente-executivo Fernando Figueiredo.





Tradicionalmente, o contato direto se dá entre a diretoria de relações institucionais ou a própria presidência-executiva da Abiquim e parlamentares e Executivo. Para apoio em grandes temas, o setor trabalha com a Frente Parlamentar da Química (FPQuímica), que reúne deputados e senadores de diferentes partidos. Bolsonaro indicou que pretende tratar diretamente com as frentes parlamentares e, assim, evitar o toma-lá-dá-cá nas negociações diretas com partidos. Mas os próprios líderes dessas frentes têm dito que a estratégia não funcionará. "A frente não define voto, só apoio. É o partido quem manda", afirmou uma fonte.

Na Odebrecht Engenharia e Construção, a relação com o novo governo "vai ser um trabalho em processo", disse seu presidente, Fábio Januário. "Vamos esperar o início do mandato, mas nossa prioridade é fazer o relacionamento institucional legítimo via entidades de classe e associações."

Segundo ele, a relação da OEC com o poder público mudou após a colaboração firmada em fins de 2016, depois que as investigações da Operação Lava-Jato apontaram a empresa no centro de várias operações irregulares. Na virada para 2017, a OEC fechou o escritório que mantinha em Brasília. "Tomamos essa decisão porque sabíamos que os próximos anos seriam complexos devido ao impacto da nossa colaboração", afirmou.

Mas Januário disse que, eventualmente, uma base em Brasília pode ser reaberta, pois há matérias que tramitam no Congresso de interesse do setor e o poder público é cliente da OEC em projetos importantes. Por enquanto, não há decisão. Questionada sobre o nome de Chagas, a OEC não comentou.

Já o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - Infraestrutura (Sinicon), Evaristo Pinheiro, disse que a postura da associação "continuará a mesma":

defender pautas que perpassam o setor em vez de demandas personalistas. Entre assuntos de interesse geral, citou mudanças nas leis de licitações e ambiental. Segundo ele, em conversas preliminares com o novo governo, ficou claro maior abertura para ouvir. Para ele, seria ideal regulamentar o lobby para dar transparência às relações público-privadas.

Representantes de entidades que reúnem hospitais encontraram o novo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS), na semana passada, em Brasília, para conversar sobre questões que preocupam o setor. Em especial, sua posição contrária à participação do capital estrangeiro na saúde. "O novo ministro explicou que o problema não é o investimento internacional, mas precisa ter mais regras. Saímos com boa impressão porque me parece que ele está aberto a conversar", disse Francisco Balestrin, presidente da International Hospital Federation.

Máquina engessada

Há dúvidas sobre a disposição do presidente eleito, oriundo do meio militar, de promover a reforma da administração pública, mas alternativas são poucas

Um servidor federal se aposenta. Em sua repartição, faltam funcionários, e o governo, obrigado a conter gastos, adiou concursos para contratação. Em outro escritório, há excesso de pessoal com habilidades semelhantes de gestor. O problema parece simples de resolver.

Não raro, entretanto, haverá empecilhos burocráticos, quando não impossibilidades legais ou decisões judiciais que impedirão a movimentação de profissionais entre setores da administração pública.

Esses são apenas alguns exemplos dos transtornos provocados pelas estruturas rígidas —burocráticas no pior sentido da palavra — das carreiras do funcionalismo. Trata-se de sistema em que prerrogativas funcionais para o bom exercício do cargo se estenderam até constituírem privilégios geradores de desperdício e ineficiência.

Segundo o governo, há 309 carreiras no Executivo federal, representadas por quase duas centenas de sindicatos. Tamanha especialização suscita dúvidas, decerto. Assessores da gestão de Michel Temer (MDB) avaliam que duas ou três dezenas seria um número razoável.

A questão não se limita à falta de mobilidade, que hoje já cria desequilíbrios consideráveis na alocação de

Serviço público tem 12,6% da população ocupada



pessoal. Os salários do setor público também são mais altos do que no setor privado, mesmo quando se consideram fatores como formação e experiência.

Vencimentos iniciais por vezes chegam a mais de 15 salários mínimos; muitas promoções são quase automáticas; penalidades por ineficiências ou descaso são infrequentes. De resto, em diversos setores, o servidor chega ao teto salarial de sua função em poucos anos.

O Executivo federal conta com 632 mil funcionários civis. Em toda a administração brasileira, o número se aproxima dos 12 milhões na ativa, incluindo militares, celetistas e informais. Além de numerosas, as categorias são sobretudo organizadas e influentes.

Uma reforma desse aparato é tão urgente quanto politicamente difícil, como apontou o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, que estará na equipe econômica do governo Jair Bolsonaro (PSL).

Na próxima legislatura, cerca de uma centena dos 513 deputados serão ligados diretamente ao serviço público, mas o lobby atinge número bem maior de parlamentares — em razão, inclusive, de vínculos profissionais e familiares.

Existem dúvidas sobre a disposição do presidente eleito, oriundo do meio militar, para enfrentar a resistência das corporações. As alternativas, todavia, são escassas.